

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.135 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 2000

Na pauta, recursos para saúde e novo prazo para o Refis

O Plenário deve também analisar a recomendação do Senado que estabelece idade mínima de 21 anos para os pais adotivos. Projeto que disciplina a outorga e renovação de concessão de rádio e TV pode ser igualmente submetido a voto

Subcomissão do Judiciário ouve hoje procuradores

As investigações do Ministério Público sobre o desvio de verbas nas obras do fórum trabalhista de São Paulo serão o tema da audiência.

PÁGINA 7

CCJ rejeita desarquivamento da CPI dos corruptores

PÁGINA 5



A CAS durante reunião que analisou o relatório sobre remédios falsificados

CAS ENVIARÁ AO MP DADOS SOBRE REMÉDIOS FALSOS EM MINAS GERAIS

PÁGINA 6

Está prevista para hoje a votação, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que aumenta os recursos a serem aplicados na saúde pela União, estados e municípios. A proposta prevê ainda a aprovação de lei complementar que irá definir os percentuais a que a saúde terá direito. Está também na pauta do Plenário projeto que reabre por 90 dias o prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal das Empresas, o Refis. A iniciativa permitirá que um maior número de contribuintes possa negociar débitos fiscais.

PÁGINA 4

Aprovado o acesso a contas públicas

PÁGINA 3



Na inauguração da mostra sobre o estado da Paraíba, organizada pelo Senado, o senador Ronaldo Cunha Lima (à direita) cumprimenta o governador paraibano José Maranhão.

PÁGINA 12

ACM recebe presidente eleito do México

Vicente Fox Quesada, que assumirá a Presidência do México, e sua comitiva estarão em visita ao Brasil até amanhã.

PÁGINA 8

Antonio Carlos e Vicente Fox conversaram sobre o fortalecimento das relações entre os dois países



Congresso aprecia vetos presidenciais

Os deputados e senadores examinaram ao todo 16 vetos, dos quais dez são parciais e seis, totais. O resultado da votação será anunciado hoje de manhã

O Congresso Nacional, reunido na noite de ontem sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães, apreciou vetos do presidente da República a 16 projetos de lei. Um acordo entre as lideranças partidárias, com o objetivo de garantir a votação, retirou da pauta 24 dos 40 vetos que seriam inicialmente submetidos a deliberação.

Dos 16 vetos examinados, dez são parciais e seis, totais. A votação foi feita em cédula única, e o resultado da apuração, a cargo do Prodasen, será conhecido hoje de manhã. Para que seja rejeitado qualquer veto presidencial, são necessários os votos da maioria absoluta dos parlamentares – 257 deputados federais e 41 senadores – em votação secreta.

Entre os projetos vetados integralmente pelo presidente da República, estão o que torna obrigatória a divulgação dos índices de evasão e repetência no ensino fundamental e médio; o que anistia as multas aplicadas pela Justiça Eleitoral em 1996 e 1998 a eleitores que deixaram de votar e a candidatos que descumpriram a lei eleitoral; o que institui os conselhos regionais e Federal do Secretariado; e o que dispõe sobre a prática desportiva da capoeira.

O projeto que institui o procedimento sumaríssimo no processo trabalhista e o que trata do sistema de armazenagem dos produtos agropecuários estão entre as matérias vetadas parcialmente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.



O veto ao projeto que torna obrigatória a divulgação de índices de evasão e repetência escolar foi uma das matérias apreciadas pelos parlamentares

Subcomissão mista vai propor novas regras orçamentárias

Ao relatar o encontro realizado na última terça-feira com as lideranças partidárias para discutir mudanças na legislação que tornem o Orçamento da União impositivo, e não mais autorizativo, como ocorre atualmente, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou que a reunião decidiu pela aceleração das indicações para a futura Comissão Mista de Orçamento e a formação de uma subcomissão com o objetivo específico de estudar e propor as alterações necessárias para viabilizar a mudança pretendida.

No encontro, acrescentou o senador, ficou deliberado que, na análise da proposta orçamentária de 2001, a presidência da Comissão Mista de Orçamento deverá ficar com o PSDB da Câmara, enquanto o PMDB do Senado indicará o relator. “Eles indicam os sub-re relatores e será formada uma sub-comissão no grupo para começar esse trabalho”, explicou.

– A mudança será profunda, porque você vai ter um plano de

governo e no próximo ano pretendemos antecipar o envio do projeto do Orçamento para estudá-lo com mais calma e também não ultrapassar o dia 15 de dezembro para entregá-lo ao governo – disse o senador.

Antonio Carlos observou ainda que, a partir dessa mudança, haverá um acompanhamento da execução orçamentária da União, ao contrário do que ocorre na atualidade, onde “não se acompanha nada e isso acaba provocando problemas como esse do TRT (desvio de recursos das obras do fórum trabalhista de São Paulo)”.

O impasse em torno da proposta de reforma tributária não surpreendeu o presidente do Senado Federal.

– Quando o governador Covas disse que não ia permitir e que iria lutar (por mudanças na proposta de reforma tributária apresentada pelo governo), eu vi que dificilmente seria aprovado. É uma reforma difícil, que só pode ser aprovada por consenso – afirmou.



Antonio Carlos Magalhães recebeu de Christopher Flavin e Edmundo Athayde o que eles classificaram como a “bíblia” do meio ambiente

ACM recebe entidade ambientalista

A “bíblia” do meio ambiente. Assim os dirigentes do Worldwatch Institute definem a publicação, em dois volumes, entregue na manhã de ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, na primeira versão feita para a língua portuguesa.

Em companhia de Christopher Flavin, presidente da organização ambientalista internacional, o diretor da Worldwatch no Brasil, Edmundo Athayde, fez a entrega ao senador de exemplares em português do *Estado do Mundo 2000* e *Sinais Vitais 2000*, livros que já foram traduzidos para 36 idiomas.



QUINTA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

10h30 – Recebe João Pedro Stédile, acompanhado de comissão do MST

11h – Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

15h30 – Recebe Jose Genoud, presidente do Senado da República da Argentina, acompanhado por Roberto Iglesias, governador da Província de Mendoza, e de Juan Jorge Uranga, embaixador da Argentina

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 86/99, que assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 11/2000, que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata; substitutivo da Câmara ao PLS nº 115/96, que restringe o uso de capuz em operações policiais; relatório preliminar da Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre as emendas do Senado oferecidas ao PLC nº 118/84 (institui o Código Civil); PDL nº 87/2000, que aprova o ato que outorga permissão à Chapadão Radiodifusão para explorar serviço de radiodifusão sonora em FM em São Roque de Minas (MG); PDL nº 110/2000, que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Matogrande de Rádio e Comunicação para explorar serviço de radiodifusão sonora em Taurus (RN); e PLS nº 109/95, que dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

COMISSÕES

9h – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: discussão e votação do relatório final do senador Geraldo Cândido sobre as causas e consequências apuradas do vazamento de óleo ocorrido na baía de Guanabara (RJ). Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13

9h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Mensagem nº 147/2000, que submete à apreciação do Senado o nome do general-de-exército Expedito Hermes Rego Miranda para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar; substitutivo oferecido ao PLS nº 168/99, que altera o Código de Trânsito Brasileiro; PDL nº 20/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Solimões; PDL nº 18/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Araguaia; PDL nº 19/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Tapajós; PLC nº 17/2000, que dispensa as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa; PLC nº 52/97, que dispõe sobre a gestão democrática do ensino público, entre outros assuntos. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3

4h – Subcomissão Permanente do Judiciário

Pauta: depoimento de cinco procuradores da República a respeito das investigações sobre liberação de verbas da obra superaturada do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3

PREVISÃO

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Conforme o projeto aprovado ontem pelos senadores, União, estados, municípios e Distrito Federal ficam obrigados a prestar as informações



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 2000

1

Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2000. CAE. Aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2000.

Resultado: Aprovado. À Câmara dos Deputados.

2

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2000-Complementar. Presidente da República. Dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.

Resultado: Lido e aprovado requerimento de líderes, solicitando a extinção da urgência. A matéria volta à sua tramitação normal, podendo receber emendas, perante a Mesa, até 11/08/2000.

3

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2000. Senador José Alencar e outros. Insere dispositivo na Constituição federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares.

Resultado: Lida a Emenda nº 1-Plen. A matéria volta à CCJ.

4

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 1999. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Resultado: Encerrado o segundo dia de discussão, em segundo turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã (10/08), para o terceiro e último dia de discussão, em segundo turno.

5

Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2000. Senador Bernardo Cabral. Dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 73 da Constituição federal (condição de nomeação de auditor para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União).

Resultado: Encerrado o segundo dia de discussão, em segundo turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã (10/08), para o terceiro e último dia de discussão, em segundo turno.

6

Projeto de Lei do Senado nº 263, de 1999. Senador Álvaro Dias. Altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.

Resultado: A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã (10/8).

7

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 124, de 1999-Complementar. Senador José Eduardo Dutra. Estabelece normas de acesso ao Siafi-Sistema de Administração Financeira e outros sistemas de informações de órgãos públicos, e dá outras providências.

Resultado: Encerrado a discussão, sem apresentação de emendas, a matéria é dada como definitivamente adotada. À Câmara dos Deputados.

8

Requerimento nº 400, de 2000. Senador Álvaro Dias. Solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 108, de 1999, com o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1995, por regularem a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. O PLS nº 108/99 perde seu caráter terminativo e passa a tramitar em conjunto com o PLC nº 32/95. As matérias retornam à CCJ.

9

Requerimento nº 404, de 2000. Senadora Marina Silva. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 149 e 320, de 1999, por regularem a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. O PLS nº 149/99 perde o seu caráter terminativo e passa a tramitar em conjunto com o de nº 320/99, retomando ambos à CE.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Cidadão poderá ter acesso a dados sobre contas públicas

Cabe agora à Câmara decidir sobre projeto, que exige a divulgação de atos relativos à gestão financeira, orçamentária e patrimonial

O cidadão terá direito à obtenção de informações a respeito dos atos de gestão financeira, orçamentária e patrimonial da União, estados, Distrito Federal e municípios. É o que prevê projeto, originalmente apresentado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), aprovado ontem pelo Senado na forma de substitutivo. A matéria agora vai para a Câmara.

O texto garante acesso a informações detalhadas, que permitam

ao brasileiro analisar a natureza, procedimento administrativo e os fins dos atos de gestão pública, excluídas apenas as informações de caráter sigiloso.

O projeto determina também que a execução financeira, orçamentária e patrimonial da administração pública deverá ser realizada em sistemas de informações integrados em bases de dados, a serem implantados em todas as esferas do governo.

No caso da consulta aos sistemas de administração de recursos humanos, o acesso só alcançará informações individualizadas por cargo, emprego ou função, vedada a inserção de qualquer dado que possibilite a identificação do servidor ou empregado.

A inexistência de sistema informatizado não eximirá o poder público de colocar à disposição do cidadão as informações requeridas.

CCJ avaliará proposta que obriga governo a cumprir emendas dos parlamentares

Em razão de emenda do senador José Fogaça (PMDB-RS), o Senado devolveu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a proposta de emenda constitucional do senador José Alencar (PMDB-MG) destinada a tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente das emendas dos parlamentares.

Vários senadores debateram a matéria. Ao final, o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, esclareceu que, por imposição regimental – que, no seu entender, não deve ser conhecida dos senadores mais novos – é competência do Senado acompanhar junto ao governo a elaboração e a execução do Orçamento. Conforme o presidente do Senado, se a Casa deixou de cumprir essa competência, os senadores mais antigos são os responsáveis.

Em defesa da emenda, José Alencar disse ter ouvido de vários parlamentares relatos sobre as dificuldades para verem executadas suas emendas ao Orçamento.



Pedro Simon disse que as emendas dos parlamentares representam 1% do Orçamento

Por isso, resolveu patrocinar essa iniciativa, que foi assinada por outros 70 senadores.

– A emenda é despreziosa, não tem a pretensão de resolver todos os problemas que cercam o Orçamento. Reconheço noutras emendas apresentadas após a minha muito maior amplitude – disse ele, referindo-se a proposta, defendida por Antonio Carlos Magalhães, de promover alterações mais abrangentes na tramitação das

matérias orçamentárias.

Relator da emenda na CCJ, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que as emendas apresentadas pelos parlamentares ao Orçamento não representam hoje nada além de 1% dos recursos. Afirmando que o Orçamento é a peça mais importante que o Parlamento vota, ele observou que, no caso brasileiro, ela é apenas autorizativa. E explicou que a emenda de José Alencar começa a tentar mudar o que acontece atualmente com as emendas dos parlamentares. “Voto favorável ao projeto de José Alencar e votarei muito mais favorável e com muito maior razão no projeto de Antonio Carlos Magalhães, que é muito mais completo”, disse Simon.

Também debateram a matéria os senadores Jader Barbalho (PMDB-PA), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Romero Jucá (PSDB-RR), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Ademir Andrade (PSB-PA), Sebastião Rocha (PDT-AP), Heloísa Helena (PT-AL), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Luiz Otávio (sem partido-PA).

Aprovada programação monetária para o trimestre

O Senado aprovou ontem a programação monetária para o terceiro trimestre do ano 2000. A matéria agora vai à Câmara dos Deputados. Relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Bello Parga (PFL-MA) disse, em seu parecer, que “a lógica do relativo sucesso da política monetária do governo está no grande esforço de reorganização das finanças públicas,

mediante a geração de superávits fiscais consolidados”.

Ele atribuiu esse sucesso também à melhora do saldo comercial e do ingresso de capitais estrangeiros para investimento direto acima das necessidades de financiamento externo, o que tem permitido a adoção de uma política cambial flexível. Na opinião de Parga, com essa programação monetária, é possível manter a trajetória de ta-

xas de juros básicas declinantes, a política de aumento da oferta do crédito e de redução dos diferenciais entre taxas de captação e de aplicação, em consonância com a estabilidade de preços. Para tanto, pregou, requer-se igualmente a manutenção dos chamados “fundamentos macroeconômicos”, sobretudo a redução do déficit público, de modo a garantir a retomada do crescimento sustentado.

Senado pode votar em 2º turno PEC da saúde

Novo prazo para regularização fiscal das empresas, recomendações à Câmara dos Deputados sobre o Código Civil e restrições ao uso de capuz em operações policiais também estão na pauta de trabalhos do Plenário

O Plenário do Senado deve votar hoje, em segundo turno, desde que não receba emendas de Plenário, proposta de emenda constitucional que assegura recursos mínimos para a saúde. O texto aumenta os recursos aplicados pela União, estados e municípios em ações de saúde e preconiza a aprovação de uma lei complementar para definir os percentuais que as unidades da Federação deverão aplicar nesse setor. Caso seja aprovada, a proposta será enviada às Mesas da Câmara e do Senado para promulgação.

Até a aprovação da lei complementar prevista, valerá uma disposição constitucional transitória, segundo a qual a União seria obrigada no ano 2000 a aplicar em saúde 5% a mais do que em 1999 e, entre 2001 e 2004, o valor investido no ano anterior, corrigido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB).

Os estados e o Distrito Federal, ainda segundo a PEC, teriam de aplicar em ações de saúde 12% da arrecadação dos impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e sobre transmissão *causa mortis* e doações de quaisquer bens ou direitos. Os municípios e o Distrito Federal destinariam à saúde 15%

VERBAS ASSEGURADAS

Como se daria a aplicação de recursos em saúde, segundo a proposta

União

- Este ano - 5% a mais do que em 1999
- De 2001 até 2004 - valor do ano anterior mais a variação do PIB

Estados (*)

- 12% do ICMS, do IPVA e do imposto sobre heranças

Municípios (*)

- 15% do IPTU, do ISS e do ITBI

(*) Ao Distrito Federal, que arrecada todos os tributos, aplicam-se os dois casos

da arrecadação dos impostos sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Serviços (ISS) e transmissão *inter vivos*.

CÓDIGO CIVIL

Pode ainda ser apreciada pela Casa recomendação do Senado à Câmara sobre o projeto do novo Código Civil, que está sendo examinado pelos deputados. A matéria foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e sugere que seja retirada do Código Civil qualquer referência ao processo de adoção. Assim, a idade mínima exigida de pais adotivos seria 21 anos, conforme estabelece o Estatuto da

Criança e do Adolescente.

Os senadores deliberam ainda, em regime de urgência, sobre projeto de lei da Câmara que reabre por 90 dias o prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal das Empresas (Refis). Se aprovada, a iniciativa permitirá que um maior número de contribuintes possa renegociar seus débitos fiscais e optar pelo programa, ao qual apenas 20 mil empresas aderiram até agora.

Será votado igualmente substitutivo oferecido pela Câmara a projeto do ex-senador Odacir Soares que restringe o uso de capuz em operações policiais. O substitutivo exige a fundamentação por escrito da autorização para descaracterização do policial, por meio de capuz ou outro meio impeditivo de identificação. E justifica a exigência dessa descaracterização como necessária para garantir a segurança dos familiares do policial.

Ainda hoje, o Plenário decide sobre projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que disciplina a outorga e renovação de concessões

para a exploração de serviços de radiodifusão sonora e de imagens. Substitutivo da senadora Lúzia Toledo (PSDB-ES) ao projeto foi aprovado pela Comissão de Educação, que retirou do texto artigo que excluía dos possíveis beneficiários dessas concessões os detentores de controle acionário de jornal diário localizado no mesmo estado.

MINISTRO DO TCU

Também em segundo turno, o Senado decide sobre proposta de emenda constitucional do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que altera os limites mínimos e máximos de idade a que estão sujeitos os candidatos a ministro do Tribunal de Contas da União. O texto estabelece que o limite máximo de 65 anos exigido para nomeação de ministro não deve aplicar-se aos auditores do TCU que tenham exercido o cargo de ministro-substituto por mais de cinco anos.

Os senadores deliberam ainda sobre substitutivo a projeto de lei da Câmara que institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, a ser implementado a partir de 27 de novembro deste ano. Pelo projeto, o Poder Executivo deve assumir os encargos da promoção e coordenação do Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata.



Álvaro Dias pediu adiamento para permitir a apreciação com mais tempo na sessão de hoje

Projeto sobre ações da Petrobras pode ter decisão hoje

O projeto que proíbe a venda das ações da Petrobras que excedam o mínimo necessário para manter com o governo o controle da empresa, que seria apreciado ontem pelo Plenário, teve sua votação adiada para hoje. O próprio autor do projeto, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), solicitou o adiamento. Conforme o senador, a matéria é polêmica e gerará amplo debate e, portanto, não haveria tempo suficiente na sessão de ontem para a apreciação. Ainda segundo Álvaro Dias, as lideranças do governo e da oposição concordaram com o adiamento.

Na justificativa do projeto, Álvaro Dias observa que a União corre o risco de ficar com menos de 50% do capital da empresa caso venda parte das ações ordinárias em seu poder. Além da Petrobras, o projeto impede também a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, modificando a lei que alterou a regulamentação do Programa Nacional de Desestatização (PND), de 1997.

Emendas constitucionais tiveram mais um dia de discussão

Transcorreu ontem o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional da Câmara dos Deputados que submete a percentuais mínimos os recursos aplicados em saúde pública no Brasil. A iniciativa aumenta o volume de recursos aplicados pela União, estados e municípios no setor, definindo as suas fontes.

Na mesma sessão, os senadores reali-

zaram o segundo dia de discussão, também em segundo turno, da proposta de emenda constitucional do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que altera os limites mínimos e máximos de idade a que estão sujeitos os candidatos a ministro do Tribunal de Contas da União.

Antes da votação, as duas propostas serão ainda discutidas hoje pelo terceiro e último dia, em segundo turno.



Bernardo Cabral é autor da proposta que altera limites de idade para o cargo de ministro do TCU

Regulamento dos fundos de pensão não tem mais urgência

Atendendo a requerimento dos líderes Jader Barbalho (PMDB-PA), Hugo Napoleão (PFL-PI), José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Sérgio Machado (PSDB-CE), o Senado extinguiu a urgência que contemplava o projeto de iniciativa do governo regulamentando os artigos

da Constituição na redação dada pela reforma da Previdência. Com isso, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que a matéria sai da pauta de votações e volta a ter tramitação normal, podendo receber emendas.

O texto prevê a edição de nor-

mas especiais para regulamentar a relação entre os entes públicos que patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e essas entidades. Estabelece, como regra especial para os planos de benefício dessas entidades, a exigência de carência mínima de 60 contri-

buições mensais e cessação do vínculo com o patrocinador. Cumprida essa exigência, o segurado se torna elegível a um benefício de prestação programada e continuada, sendo vedado o repasse de ganhos de produtividade, abono e vantagens de qualquer natureza.

CCJ mantém arquivada a CPI dos corruptores

Senadores aprovam relatório em que Bernardo Cabral cita interpretação do Supremo Tribunal Federal no sentido de limitar a duração das comissões parlamentares de inquérito à legislatura na qual são criadas

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram, por 15 votos a sete, parecer do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) contrário a requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) solicitando o desarquivamento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada em 1995 para investigar os agentes corruptores identificados nas CPIs Collor-PC e do Orçamento. Com a decisão, o requerimento e a CPI ficam definitivamente arquivados. Porém, todos os senadores da comissão que declararam seu voto manifestaram intenção de assinar novo requerimento criando a CPI.

Segundo o relatório de Cabral, o Supremo Tribunal Federal (STF) já interpretou que a duração das CPIs se circunscreve à legislatura em que foram criadas. Por esse motivo, afirmou Cabral, a CPI foi arquivada no último dia da sessão legislativa ordinária de 1995. Além disso, o relator argumentou que o recurso de Simon para que a CPI fosse instalada foi interposto fora do prazo.

Senadores defendem punição para os "agentes privados"

Para o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), a CPI dos corruptores deveria ser uma comissão permanente do Senado, pois existem empreiteiras especializadas em "montar" editais de licitação que são verdadeiras "crônicas da corrupção anunciada". Contrário ao parecer de Cabral, ele prontificou-se a assinar um novo requerimento de criação da CPI.

Nessa linha, os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Romeu Tuma (PFL-SP) sugeriram que fosse encontrada outra forma de instalar a CPI, como a apresentação de um novo requerimento, para o qual o senador José Alencar (PMDB-MG) ofereceu sua assinatura.

— Por que não buscar assinaturas, por que tentar reabrir a CPI ao arripio da lei? — afirmou Tebet, manifestando sua intenção de subscrever um novo requerimento, ainda que em concordância com os argumentos jurídicos apresentados por Cabral.

Favorável à instalação imediata da CPI, o senador José Fogaça (PMDB-RS) lamentou que haja uma onda de investigação de

— Não quiseram fazer essa comissão. Houve pressão fantástica, e nós sabemos de quem. Sabemos quais foram os setores empresariais que se mobilizaram contra essa CPI. Seria a primeira vez que o Congresso Nacional investigaria corruptores. Mas ficou provado que isso é muito difícil — afirmou Simon, que fez um histórico das denúncias colhidas e do esforço empreendido para a instalação da comissão.

Apesar da decisão da CCJ, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou que a instalação da CPI dos corruptores depende apenas do PMDB, pois, narrou, quando o líder do partido, Jader Barbalho (PA), apresentou o requerimento para a criação da CPI do Sistema Financeiro, com a concordância de Simon, anunciou que iria propor a instalação da CPI dos corruptores tão logo as comissões dos bancos e do Judiciário encerrassem suas atividades.

— Se o PMDB quiser, a CPI pode ser instalada na semana que vem. A bola está com o PMDB — desafiou Dutra.

agentes públicos sem que, por outro lado, investigue-se a ação de agentes privados, ou corruptores.

— Há um silêncio sepulcral sobre agentes privados. Os verdadeiros inimigos deste tipo de CPI não estão só aqui no Congresso. Estão fora daqui — afirmou Fogaça.

Para o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), do ponto de vista legal, os argumentos do relator são inofensivos. Ele condenou, porém, CPIs que são criadas apenas como palco para o que chamou de "Estado-espetáculo", o que paralisa as "verdadeiras tarefas" do Parlamento.

— Acho de um cinismo absoluto o argumento de que as CPIs atrapalham o trabalho do Congresso — afirmou o senador Roberto Requião (PMDB-PR), que reconheceu os argumentos usados por Cabral em seu parecer.

Álvaro Dias também condenou os argumentos de que uma CPI pode colocar a governabilidade do país em risco. Em sua opinião, "se a governabilidade se estabelece com complacência à corrupção, ela é nociva aos interesses do país".



Alteração no Código de Trânsito Brasileiro e decisão sobre a CPI dos corruptores marcaram as atividades da CCJ ontem

Habilitação tipo "B" pode permitir condução de carro com trailer

Em caráter terminativo, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou o projeto de lei do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que altera o Código de Trânsito Brasileiro de modo a permitir que o motorista que tenha habilitação na categoria "B" possa conduzir veículos com trailers aco-



Tuma: projeto que remove entrave ao turismo rodoviário

plados. O relatório do senador Francelino Pereira (PFL-MG) recebeu o apoio dos senadores da comissão, com exceção do senador Lúcio Al-

cântara (PSDB-CE), que se absteve. Caso não haja recurso, a proposta segue para apreciação dos deputados.

Para Romero Jucá (PSDB-RR), da maneira como o código está redigido, estabelecem-se "sérios entraves ao desenvolvimento do turismo rodoviário, ao criar limitações para motoristas de motorcasas (*motor-homes*) e veículos que tracionam *trailers*". Atualmente, a lei impõe aos motoristas a obriga-

ção de habilitarem-se na categoria "D" para conduzir *motor-homes* e na categoria "E" para tracionar *trailers*, ou seja, a mesma habilitação daqueles que dirigem profissionalmente ônibus em linhas urbanas e interestaduais.

— O excesso de rigor introduzido pelo novo Código de Trânsito pode comprometer o uso de *motor-homes* e *trailers* para finalidades turísticas e de lazer, com sérios prejuízos para os setores da economia nacional dedicados à produção e à comercialização desses equipamentos — afirmou Francelino Pereira.

Infra-Estrutura examina relatório sobre vazamento de óleo no Rio

A Comissão de Infra-Estrutura se reúne hoje, às 10 horas, para examinar e votar relatório final da subcomissão temporária que investigou o vazamento de óleo da Refinaria Duque de Caxias (Reduc) na baía de Guanabara. O relator, senador Geraldo Cândido (PT-RJ), recomendou a imediata realização de auditoria ambiental independente em toda a Reduc, para permitir uma avaliação precisa de seu potencial impactante, por entender "que não se conhece a real situação das unidades da refinaria".

O relator observou não haver, sequer, licenciamento ambiental de todas as unidades integrantes do complexo da Reduc e recomendou providências imediatas para sanar essa deficiência. Cândido também recomendou a revisão da política de terceiriza-

ção de serviços e de redução de pessoal, por identificar nela uma das causas do desastre ecológico.

No âmbito da administração federal, o relatório recomenda a destinação de recursos orçamentários à área ambiental e a conclusão e implantação do Plano Nacional de Contingência, dispondo sobre prevenção, controle e fiscalização da poluição causada pelo lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.

O relatório também propõe providências em relação aos órgãos ambientais de fiscalização e controle, por terem sido constatadas deficiências em sua atuação. Para fortalecer esses órgãos, o relator sugere realização de concurso público com vistas à formação de quadros técnicos especializados, revisão da políti-



Geraldo Cândido elaborou o relatório que recomenda auditoria ambiental

ca salarial, alocação de recursos para atividades de pesquisa e capacitação técnica, bem como para reaparelhamento material, compra de equipamentos e melhoria das instalações.

A subcomissão composta por cinco membros, sob a presidência do senador Geraldo Lessa (PSDB-AL), foi criada no dia 2 de fevereiro último, com prazo de 120 dias para trabalhar, posteriormente prorrogados. Ela realizou audiências públicas, visitas à Refinaria Duque de Caxias e audiência com a diretoria da Petrobras.



Comissão de Assuntos Sociais decidiu encaminhar o relatório do senador José Alencar (foto ao lado) ao Ministério Público Federal e à Assembléia Legislativa de Minas Gerais



Criação do Conselho de Corretores vai a exame da CCJ

A Comissão de Assuntos Sociais decidiu encaminhar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que cria o Conselho Federal de Corretores de Seguros, de Capitalização e de Previdência Privada e os respectivos Conselhos Regionais, com a finalidade de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão. A solicitação partiu do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), por entender que a iniciativa é de competência do presidente da República.

Na mesma reunião, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) pediu vistas do projeto que cria o Conselho Federal e o curso de instrumentador cirúrgico. O relator da matéria, Mozarildo Cavalcanti, defende o arquivamento do projeto. Ele explicou que a criação de conselhos cabe ao presidente da República e que as universidades têm autonomia para criação de cursos, como o de instrumentador cirúrgico, desde que sejam obedecidas as normas do Conselho Nacional de Educação.

Foi retirado da pauta projeto de Mozarildo Cavalcanti que prevê a contagem do tempo de estágio, em órgãos públicos e na iniciativa privada, para fins de aposentadoria. O relator, Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), recomendou a rejeição do projeto, sob o argumento de que o estagiário já dispõe de instrumentos de contribuição à Previdência Social.

A CAS resolveu adiar também a votação do projeto do ex-senador Blairo Maggi (sem partido-MT) que trata da pesquisa, produção, embalagem, transporte, armazenamento, comercialização, propaganda, importação e classificação de produtos agrotóxicos, bem como o da ex-senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), que inclui na lista dos serviços voluntários os prestados a entidades de assistência à mulher.

CAS envia ao Ministério Público o relatório sobre remédios falsificados

Senador José Alencar analisou a compra de medicamentos falsos pela rede hospitalar de Minas Gerais e constatou a fragilidade das instituições estaduais para prevenir e reprimir esse tipo de crime

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai encaminhar ao Ministério Público Federal o relatório do senador José Alencar (PMDB-MG) com as informações prestadas pelos ministérios da Justiça e da Saúde sobre a compra de medicamentos falsos pela rede hospitalar pública e privada de Minas Gerais.

A decisão foi tomada após a CAS acolher sugestão do senador Tião Viana (PT-AC), que considerou o episódio envolvendo a falsificação de medicamentos como um crime hediondo. As conclusões também serão encaminhadas à Assembléia Legislativa de Minas para que tome

as devidas providências.

No ano passado, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado recebeu o relatório final de uma comissão parlamentar de inquérito criada na Assembléia Legislativa de Minas para apurar a entrada e comercialização de medicamentos falsos na rede hospitalar do estado. A CPI apontou várias formas de delito e chegou a acusar órgãos estaduais de conivência, por não prevenirem e coibirem as fraudes.

Para o presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), as falsificações de remédios em Minas envolvem toda a nação, uma vez que os produtos não foram con-

sumidos somente no estado, mas pela população de todo o país.

O senador José Alencar, ao ser designado relator, e por considerar as denúncias da CPI como "graves", encaminhou aos ministérios da Justiça e da Saúde pedidos de informações sobre as providências tomadas para tornar mais efetiva a fiscalização sanitária de medicamentos.

José Alencar chegou à conclusão, após receber as informações, de que o episódio demonstrou a fragilidade das instituições estaduais para prevenir e reprimir crimes dessa natureza. E chegou a aconselhar à Polícia Federal que apure os fatos.

Mas o senador entende que, para isso, o órgão deve ter recursos humanos e materiais adequados.

A respeito das informações encaminhadas pelo Ministério da Saúde, José Alencar deu destaque a algumas providências adotadas, como a regulamentação de embalagens (código de barras para identificação do produto), criação da Gerência-Geral de Investigação e Segurança, responsável pela prevenção e repressão de delitos envolvendo produtos farmacêuticos, e celebração de convênios com as secretarias estaduais e municipais de Saúde para combater as fraudes.

Pedro Parente debaterá IDH-14 com senadores

Requerimento do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) convidando o ministro Pedro Parente, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, para prestar esclarecimentos sobre o Programa IDH-14 (Índice do Desenvolvimento Humano), foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais. O senador quer saber do ministro os motivos pelos quais não foram

incluídos, no programa, os municípios mais pobres do país.

No requerimento, Sebastião Rocha estendeu o convite à secretária Nacional de Assistência Social, Vanda Engel. O dia e a hora da audiência ainda dependem de agendamento por parte da secretaria da CAS. A data provável é o dia 12 de setembro.

Foi aprovado ainda requeri-

mento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) propondo a realização de uma reunião conjunta entre a Comissão de Assuntos Sociais e o Conselho Nacional de Saúde, destinada a instruir o projeto em tramitação na CAS que reestrutura a sistemática de repasses de recursos federais a estados e municípios na área de saúde.



Sebastião Rocha quer esclarecer os critérios de inclusão no IDH-14



Projeto de Ney Suassuna propõe criação do Conselho Federal de Corretores de Seguros

Subcomissão ouve procuradores sobre obra do TRT-SP

Senadores aprovam uma lista com mais 28 pessoas que poderão prestar depoimento. Entre os relacionados estão o governador Itamar Franco e o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares

A Subcomissão do Judiciário colherá hoje, a partir das 14 horas, o depoimento de cinco procuradores da República a respeito das investigações sobre a liberação de verbas para a obra superfaturada do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP). Também serão ouvidas nas próximas semanas, segundo decisão tomada ontem, 28 outras pessoas, entre as quais três parlamentares, integrantes e ex-integrantes da direção do tribunal, o governador Itamar Franco e o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares.

Os cinco procuradores convidados a depor são Luiz Francisco de Souza e Guilherme Schelb, de Brasília; Janice Ascari, Isabel Groba e Maria Luiza Duarte, de São Paulo. A decisão foi tomada na terça-feira e comunicada em seguida ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, pelo presidente da subcomissão, senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Ao saber que alguns dos procuradores poderiam recusar o convite, sob o argumento de que precisariam conhecer detalhes do pronunciamento feito na semana passada pelo ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, o presidente da subcomissão considerou as informações a serem colhidas junto ao Ministério Público essenciais à continuidade dos trabalhos de investigação. "A ausência de qualquer um deles pode decepcionar não a subcomissão, mas o país", afirmou.

No início da reunião de ontem, os senadores decidiram aprovar todos os requerimentos que contas-

sem com parecer favorável do relator, José Jorge (PFL-PE). Os primeiros requerimentos aprovados solicitavam a convocação do ministro Martus Tavares e o convite ao ex-ministro Andrea Calabi.

O requerimento mais discutido foi o que previa a presença do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, para explicar a liberação de recursos destinados à obra do TRT nos últimos dias de seu mandato como presidente da República. Itamar chegou a enviar uma carta à subcomissão, colocando-se à disposição para falar sobre o episódio, sob a condição de que o atual presidente, Fernando Henrique Cardoso, fizesse o mesmo. O relator da subcomissão rejeitou a condição imposta por Itamar e apresentou parecer contrário ao convite. Mas o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou novo requerimento, desvinculado da presença de Fernando Henrique, e o pedido foi aprovado por quatro votos a dois.

Foi rejeitado requerimento para que comparecesse à subcomissão o ex-ministro José Eduardo Andrade Vieira, para comentar declarações à imprensa a respeito da existência de sobras de campanha do atual presidente da República. Houve empate de três a três na votação e o presidente da subcomissão a desempatou contra o requerimento. "O tema não tem pertinência com os nossos trabalhos", observou.

O relator, José Jorge, admitiu que nem todas as pessoas citadas nos requerimentos serão necessariamente convidadas a depor. "Podemos liberar algumas, porque a lista realmente é muito grande", disse.



Renan Calheiros (ao lado de José Jorge) considera as informações dos procuradores "essenciais à continuidade dos trabalhos"

Encaminhado pedido de quebra de sigilo de ex-secretário

A Subcomissão do Judiciário decidiu ontem encaminhar à Mesa do Senado requerimentos de quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge, de empresas com as quais está relacionado e de sua esposa Lídice Coelho da Cunha Caldas. Caberá à Mesa decidir se encaminha ou não os pedidos aos órgãos competentes para promover a quebra do sigilo.

Apresentados na noite de terça-feira por três senadores do Bloco Oposição, os requerimentos foram encaminhados à Mesa como de autoria da subcomissão. Contudo, não foram apreciados no mérito, porque não compete à subcomissão – ao contrário do que ocorre com as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) – determinar a quebra de

sigilos bancário, fiscal e telefônico.

Ao apresentar seu parecer sobre os requerimentos, o relator da subcomissão, senador José Jorge, sugeriu inicialmente que eles fossem simplesmente enviados à Mesa. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse aceitar que cabe à Mesa solicitar a quebra de sigilo, mas ponderou que os requerimentos teriam maior peso político se assumidos pela subcomissão. O relator concordou e decidiu-se então que os requerimentos passavam a ser de autoria da subcomissão.

Entre os documentos enviados à Mesa estão os que solicitam ao Gabinete Civil da Presidência da República e ao Ministério da Fazenda a relação completa das ligações telefônicas feitas e recebidas por Eduardo Jorge quando ocupou a Secretaria-Geral da

Presidência e a chefia de gabinete do Ministério da Fazenda. Também é solicitado ao Ministério Público Federal um levantamento das ligações telefônicas feitas e recebidas por aparelhos instalados em empresas direta ou indiretamente ligadas a Eduardo Jorge.

Outros requerimentos que passaram a ter autoria da subcomissão solicitam ao Ministério da Fazenda informações fiscais e bancárias detalhadas de Eduardo Jorge, de sua esposa, de sócios de suas empresas e de dirigentes de fundos de pensão e de empresas estatais. Entre estes, o ex-presidente da Previ, Jair Bilachi, e o presidente da seguradora Sasse, Pedro Pereira de Freitas. "As informações demandadas são de fundamental importância para o desdobramento dos trabalhos da subcomissão", afirmam na justificativa os autores do requerimento original, senadores Heloísa Helena (PT-AL), José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy (PT-SP).



Eduardo Jorge pode ter sigilo quebrado a pedido da subcomissão

Mesa apreciará o que tiver justificativas "relevantes", diz ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, esclareceu na manhã de ontem que a Mesa da Casa somente apreciará os pedidos de quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico de pessoas sob investigação pela Subcomissão Permanente do Judiciário que tenham sido aprovados formalmente pelo órgão, vinculado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e encarregado de apurar responsabilidades no desvio de verbas para a obra do fórum trabalhista de São Paulo.

De acordo com Antonio Carlos, os pedidos de quebra de sigilo somente chegarão à Mesa se fo-

rem aprovados pela subcomissão. E quando chegarem à Mesa serão analisados em função das justificativas apresentadas. Aqueles cujas justificativas forem consideradas relevantes serão, então, levados adiante. As pessoas que eventualmente não aceitem a quebra de sigilo terão de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para contestar a ordem emitida pela Mesa do Senado.

– Quem deve decidir se temos esse poder (determinar a quebra de sigilos) é o Judiciário (caso o investigado se oponha e suscite o caso junto ao Supremo); em conversas passadas, havia uma disposição no

Supremo de autorizar, em casos bem justificados e guardando, quem recebesse as informações, o sigilo sobre esses dados – explicou.

A respeito de notícias dando conta de que o procurador Luiz Francisco de Souza foi filiado ao PT durante os três primeiros anos de sua atuação no Ministério Público Federal, o senador Antonio Carlos Magalhães afirmou que esse fato em si "não desqualifica" o trabalho ou as denúncias do procurador, "apenas não dá a ele a autoridade e imparcialidade de muitos de seus colegas". Ele deveria ter se desfilado há muito tempo, acrescentou.

QUEM VIRÁ DEPOR NA SUBCOMISSÃO

CONVOCADO

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares

CONVIDADOS

Ex-ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Andrea Calabi	Ex-presidente do TST Ermes Pedro Pedrassani
Governador de Minas Gerais, Itamar Franco	Juiz Floriano Vaz da Silva, presidente do TRT-SP
Ex-secretário-geral da Presidência da República Mauro Motta Durante	Juizes do TRT/SP José Victorio Moro, Jamil Zantut, Rubens Tavares Aidar, Sérgio Prado de Melo, Antonio José Teixeira de Carvalho, Carlos Gomes Godol, Edilson Rodrigues e Décio Sebastião Daidone
Deputado João Coser (PT-ES)	Ex-diretores-gerais do TRT-SP Itagiba Souza de Toledo, Ivan Fredi e Nancy Rosa Caruso
Senador Carlos Bezerra (PMDB-MT)	Funcionários do TRT-SP César Augusto Gilli e Rubens Approbato Machado
Ex-deputado Hélio Rosas	José Geraldo Lopes, diretor-geral do TST
Deputada Yeda Crusius (PSDB-RS)	Lauro Bezerra Filho, representante em Miami da empresa Monteiro de Barros Escritório Imobiliário Ltda
Procurador Luiz Francisco de Souza	
Procurador Guilherme Schelb	
Procuradora Janice Ascari	
Procuradora Isabel Groba	
Procuradora Maria Luiza Duarte	
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Almir Pazzianotto	
Ex-presidente do TST Wagner Pimenta	
Ex-presidente do TST José Ajuricaba da Costa e Silva	

Antonio Carlos recebe o futuro presidente mexicano

Presidente do Senado destaca importância das recentes eleições no México e defende fortalecimento dos laços com o Brasil

O presidente eleito do México, Vicente Fox Quesada, foi recebido na tarde de ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, juntamente com sua comitiva. Ao dirigir-se ao futuro presidente mexicano, o senador analisou a importância das últimas eleições naquele país e ressaltou a necessidade de fortalecimento dos laços entre o Brasil e o México.

A visita de Vicente Fox Quesada ao Brasil encerra-se amanhã, em São Paulo, onde ele será acompanhado pelo cônsul-geral Luis Cabrera Cuarón. Em Brasília, o presidente eleito cumpriu sua agenda ao lado do embaixador do México no Brasil, Jorge Eduardo Navarrete.

A comitiva mexicana está composta por Luis Felipe Bravo Mena, presidente do Partido de Ação Nacional; Sergio Garcia Ramirez, secretário-geral do partido Revolucionário Institucional; Jesús Zambrano, secretário-geral do Partido da Revolução Democrática; Santiago Creel Miranda, coordenador político; Porfirio Muñoz Ledo, coordenador de estudos da reforma do Estado; Jorge C. Castañeda e Adolfo Aguilar Zinser, coordenadores de relações internacionais; Eduardo Sojo Garza, coordenador econômico; Martha Maria Sahagún Jiménez, coordenadora de comunicação social, e José Armando Tamayo Casillas, do estado-maior presidencial.



Vicente Fox, que encerra sua visita ao Brasil amanhã, esteve com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães

Vitória de Vicente Fox quebrou hegemonia de 71 anos do PRI

Vicente Fox, 57 anos, presidente eleito do México, nasceu na capital, Cidade do México, e estudou Administração na Universidade Iberoamericana. Ele completou seu mestrado na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Entre 1975 e 1979 Fox foi diretor da Coca-Cola para o México e América Central.

Divorciado e pai de quatro filhos, Vicente Fox venceu as eleições com 43% dos votos, contra 36% dados ao segundo colocado, quebrando assim a hegemonia do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que estava no poder há 71 anos. Apesar de ser considerado conservador, Fox representa esperança de mudanças profundas no México. Entre suas promessas, estão o crescimento econômico, o combate à corrupção e a paz em Chiapas, região do país em que predomina a guerrilha indígena dos zapatistas.

TV Senado estreia programa de música clássica

Neste final de semana, a TV Senado estreia programa sobre música. *Quem Tem Medo da Música Clássica?* foi lançado ontem, em entrevista coletiva no Cafezinho dos Senadores, e será veiculado aos sábados e domingos, às 10h e às 18h. Apresentado pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), o programa pretende disponibilizar informações sobre a história da música, as obras clássicas e seus autores, a condução das orquestras, a evolução dos instrumentos, os conceitos musicais mais importantes e a relação da

música com as demais artes. Segundo Artur da Távola, o programa é a "idéia de uma televisão de resistência à massificação" da música tocada nas rádios de todo o país. Para isso, o senador explicou que utilizará uma linguagem simples para guiar o telespectador numa viagem pelo complexo e hermético universo da música clássica. "A intenção é criar um clima de abertura de sensibilidade. No momento em que as pessoas quebrarem a resistência em relação à música qualificada, elas vão ouvir muito melhor, vão ter uma companhia

para o resto da vida", explicou o senador.

A diretora da TV Senado, Marilena Chiarelli, disse que a idéia original do programa partiu do próprio senador. Assim, explicou Marilena, a TV Senado adquiriu diversos concertos gravados em vídeo, que serão utilizados pelo senador nos programas. Ela ainda revelou que no início do próximo ano o programa entrará na segunda fase, quando o senador Artur da Távola fará a mesma abordagem com a música popular brasileira.

Senadores participam de debate sobre problemas brasileiros

Os senadores José Fogaça (PMDB-RS), Roberto Freire (PPS-PE), Paulo Hartung (PPS-ES) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE), este como coordenador, participarão do seminário *Encontro Ano 2000*, que entre 10 e 13 de agosto reunirá estudiosos, autoridades, políticos e lideranças da sociedade para discutir os principais problemas estratégicos do Brasil. O objetivo do seminário, patrocinado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Unesco, órgão da ONU voltado para os assuntos culturais, é traçar uma Agenda de Desenvolvimento Humano e Sustentável, com medidas a serem tomadas pelo governo e a sociedade.

Além de debater um roteiro de

soluções práticas para o país, o seminário também procurará estabelecer vínculos entre as questões nacionais e as discussões do momento em outros países. Alcântara e Fogaça participarão do painel "Uma Agenda Política para o Brasil", que se realizará a partir das 15h do dia 11.

Durante esse painel serão debatidos os cinco maiores problemas do país na área política; os desafios estratégicos trazidos por esses problemas; e as medidas para solucioná-los a curto, médio e longo prazos. Os dois senadores terão como colegas de painel o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, o ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes e o cientista político Sérgio Abranches.

Ex-ministro analisa em livro a transposição do São Francisco

Durante o lançamento do livro *Transposição das Águas do São Francisco – Agressão à Natureza x Solução Ecológica*, do ex-ministro João Alves Filho, ontem, no Salão Negro do Congresso, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que a Bahia, em princípio, é contra a transposição. "Mas temos uma posição flexível", disse, afirmando ser necessária uma negociação para que nem os estados que fornecerão água para a transposição, nem os projetos de irrigação sejam prejudicados.

– Garantido isso, e havendo um bom projeto, pode-se mudar. Fora disso, vamos votar contra – frisou, lembrando que o governo precisa ouvir as opiniões dos estados.

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), mulher do autor do livro, defendeu a transposição, mas não como proposta pelo Ministério de Integração Nacional.

– É preciso um reforço da calha

central do São Francisco com afluentes do próprio São Francisco e de outros rios. Como o governo propõe hoje, reforçando o leito do São Francisco apenas com as águas do rio do Sono, Sergipe e Alagoas serão inviabilizados, não haverá água nem para o consumo humano – disse Maria do Carmo.

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) defendeu benefícios para os estados que cederão água, como, possivelmente, o Pará, e também se posicionou contrário ao projeto como está. O senador Djalma Bessa (PFL-BA) afirmou que a grande preocupação é que estados fornecedores de água sejam prejudicados.

Entre os presentes ao lançamento estavam também os senadores Leomar Quintanilha (PPB-TO), Carlos Patrocínio (PFL-TO), Gilvam Borges (PMDB-AP) e Hugo Napoleão (PFL-PI). O livro de João Alves Filho é editado pela Edições Catavento, tem 188 páginas e custa R\$ 15,00.



Senador Leomar Quintanilha cumprimenta o ex-ministro João Alves Filho pelo lançamento do livro sobre o rio São Francisco



Alcântara pede condições mais dignas às famílias de crianças cujo trabalho é explorado

Alcântara cobra medidas contra trabalho infantil

O Brasil precisa oferecer condições sociais e econômicas mais dignas às famílias de crianças cujo trabalho é explorado, defendeu ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao comentar o *Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente (período 97-99)* do Ministério do Trabalho e Emprego.

— Há muito para ser feito no Brasil para que a injustiça, a desigualdade e o desrespeito à vida sejam banidos de vez — comentou.

De acordo com o senador, o documento traz dados sobre a exploração da mão-de-obra infantil em todo o território nacional. Na região Norte, Acre e Amazonas ocupam extrema visibilidade na exploração da mão-de-obra infantil, sendo os principais responsáveis pelo emprego desse tipo de trabalhador a indústria de móveis, a de quebra de concreto e seleção de lixo reciclável.

Na região Nordeste, o trabalho das crianças é usado em Alagoas para a fabricação de fogos de artifício. O senador destacou que o Ceará está em processo de diminuição de indicativos “tão vergonhosos”.

Na região Centro-Oeste, destacou que, com exceção do Distrito Federal, o quadro é tão ou mais grave, sendo encontrado trabalho infantil na agricultura goiana, nas madeiras de Mato Grosso e no “lixão” de Mato Grosso do Sul.

No Sudeste, Minas Gerais e São Paulo são campeões no emprego do trabalho de crianças. Rio de Janeiro e Espírito Santo apresentam quadro mais ameno, destacou Lúcio Alcântara.

Na região Sul, disse, o mapa do Ministério do Trabalho registra uniformidade dos três estados e a mão-de-obra infantil é usada no cultivo de fumo, maçã, batata e na extração e beneficiamento de calcário, carvão vegetal e em pedreiras.

Heloísa reage indignada a nota de Boechat

Líder do Bloco Oposição repudia informação publicada em *O Globo* acusando-a de votar a favor de Luiz Estevão na sessão secreta que resultou na cassação do então senador pelo DF

Com indignação, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) reagiu ontem à nota do jornalista Ricardo Boechat, publicada no jornal *O Globo*, segundo a qual um erro no computador no painel do Senado está permitindo identificar os votos da sessão secreta que cassou o ex-senador Luiz Estevão e que, assim, pode-se verificar que a petista teria votado pela absolvição do então parlamentar do PMDB.

— Se há uma coisa de que tenho alergia, desde pequena, não por falso moralismo, é com ladrão, especialmente ladrão do dinheiro público. O que é grave é que tal-

vez quem tenha plantado esta nota esteja querendo fazer algo sério com a Casa para defender o senador Luiz Estevão, porque sabe-se que, havendo violação do sigilo da sessão secreta, o ex-senador pode ir para o Supremo para anular a votação — alertou.

CPI

Para a líder do Bloco Oposição, é coincidência que este tipo de nota surja justamente no momento em que a oposição está lutando pela instalação de uma CPI para aprofundar as participações na obra superfaturada do Tribunal Regional do Trabalho de São

Paulo. A senadora, que questionou o tipo de profissionalismo exercido pelo jornalista, afirmou que recebeu documentação do Prodase e de Raimundo Carreiro, secretário-geral da Mesa, confirmando que a quebra do sigilo é impossível.

Durante o transcurso da Ordem do Dia, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em nome do Bloco Oposição e do senador Romeu Tuma (PFL-SP), solidarizou-se com Heloísa Helena e disse que todos eram testemunhas de sua coragem, especialmente no episódio da cassação de Estevão.



Heloísa Helena aponta “coincidência” entre a nota e sua luta pela criação da CPI do TRT-SP



Antonio Carlos condenou interesses em enfraquecer a liderança da senadora Heloísa Helena

“É impossível identificar voto em sessão secreta”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, garantiu ser impossível conhecer o voto de um senador em sessão secreta. O esclarecimento sobre o funcionamento do sistema de computador do painel do Plenário foi dado após manifestação da senadora Heloísa Helena repudiando nota de jornal segundo a

qual Heloísa teria votado contra a cassação do ex-senador Luiz Estevão. De acordo com Antonio Carlos, o sistema não liga o voto ao senador, só faz a totalização da votação.

Na opinião do senador, há interesse em enfraquecer a liderança da senadora no seu partido. “É obvio, é claro que, pelas suas

atitudes no Plenário, jamais o seu voto seria na direção que foi proclamada na imprensa”, disse. Mesmo compreendendo a indignação da senadora, Antonio Carlos afirmou que talvez não recomendasse algumas expressões mais fortes usadas pela senadora durante seu discurso.

Requião diz que ex-secretário mentiu no Senado

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ontem em Plenário que o ex-secretário da Presidência da República Eduardo Jorge mentiu no depoimento prestado, no último dia 3, na Subcomissão Permanente do Judiciário. Eduardo Jorge, segundo o senador, disse que havia contraído empréstimo para fazer face à subscrição de cotas da empresa Direct to Company (DTC), da qual também seria sócio o ex-diretor do Banco do Brasil Edson Soares Ferreira.

Citando reportagem publicada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, Requião explicou que tanto Eduardo Jorge quanto Ferreira receberam cotas no valor de 10% e 5%, respectivamente, sem desembolsar nada. O ex-secretário, de acordo com a reportagem, deixou a empresa há 19 dias, justamente quando se instalou a crise política em torno do desvio de R\$ 169 milhões da obra do fórum trabalhista de São Paulo. Eduardo Jorge prestou depoimento à subcomissão sob

a acusação de manter ligação suspeita com o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo Nicolau do Santos Neto, até agora o principal responsável pelo desvio.

Conforme o senador, a participação de Eduardo Jorge na empresa (cujo capital social registrado é de apenas R\$ 1 mil) tinha como objetivo a venda de debêntures (títulos de mais longo prazo) da DTC no valor de R\$ 20 milhões. Os títulos, emitidos na modalidade não-conversível em ações, segundo Requião, estavam e ainda estão sendo oferecidos pela DTC a grandes fundos de pensão, entre eles a Previ



Roberto Requião: participação de Eduardo Jorge na DTC tinha como objetivo a venda de debêntures

(Banco do Brasil), da qual Ferreira é ex-conselheiro. Uma oferta teria sido feita ao ex-presidente do BB Alcír Calliari, atualmente dirigindo a GTD Participações, empresa criada pelos onze maiores fundos de pensão, tendo à frente a Previ.

Requião afirmou que Sila Chulman, diretora da DTC, é acusada de sacar dinheiro de uma conta fantasma alimentada com recursos provenientes de fraudes com títulos lançados pelos estados de Alagoas e Pernambuco com lastro em precatórios. Esses recursos alimentaram, de acordo com Requião, as campanhas de Cássio Taniguchi e Antonio Belinati às pre-

feitas de Curitiba e Londrina. A DTC também foi acusada pelo senador de fazer um contrato em valor acima de mercado (R\$ 798 mil) com o PFL para formação em recursos humanos.

O senador apelou à subcomissão para que ouça o ex-deputado Hélio Rosas, acusado “indevidamente” pela revista *Veja* de ter participado do desvio de verbas no TRT. Rosas está disposto a abrir seu sigilo bancário, além de permitir auditoria de seu patrimônio para provar que nada teve a ver com o desvio, disse o senador.

CIGARRO

Requião referiu-se ainda em seu discurso a um erro de português cometido em comunicado divulgado nos últimos dias pela Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV (Abert). Ali é dito que “passou despercebida” medida provisória em vigor, permitindo censura prévia sobre a publicidade de milhares de produtos, inclusive cigarros. A palavra correta seria “despercebida”.

Maguito lembra contribuições de Betinho

Em pronunciamento feito para marcar a passagem do terceiro aniversário de morte do sociólogo, senador ressalta o seu papel na luta contra a miséria e pela ética na política

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) homenageou ontem o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, falecido há três anos, ressaltando o seu compromisso com a ética na política. Maguito lembrou ter convivido com Betinho e informou que, inspirado em seu projeto Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, de 1993, implantou, como governador de Goiás, programas de complementação alimentar, beneficiando cerca de 150 mil pessoas.

Durante discurso de Maguito, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) divulgou carta aberta, encaminhada ao presidente da Câmara, Michel Temer, com 4 mil assinatu-



Maguito disse que, inspirado por Betinho, levou alimentação, como governador, a 150 mil goianos

ras, solicitando que o dia 9 de agosto, data de falecimento de Betinho, seja instituído por lei como o Dia Nacional de Mobilização Pela Vida.

De acordo com o projeto, os governos dos estados, municípios, da União e do Distrito Federal devem dedicar a data a iniciativas voltadas para o combate à fome e à miséria. Maguito antecipou seu incondicional apoio ao projeto.

— Será uma forma de aglutinar as forças progressistas e interessadas na transformação deste país para que estejam sempre mobilizadas e agindo no sentido de construirmos um Brasil que garanta cidadania para todos — defendeu

Maguito Vilela.

O senador transcreveu trecho de artigo do sociólogo Cândido Grzybowski, publicado ontem no jornal *Folha de S. Paulo*, no qual o articulista afirma que “é fácil imaginar a indignação que sentiria Betinho diante das revelações de quão profunda está a corrupção na política”. Ao apoiar seu pronunciamento, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse, em aparte, que não há estado rico onde existe miséria. O senador Agnelo Alves (PMDB-RN) ressaltou que conviveu com o cartunista Henfil, irmão de Betinho, atestando que esta foi uma família privilegiada por seu alto espírito público.



Saturnino também denunciou o atentado sofrido pelo candidato do PSB em Conceição do Macabu

Saturnino critica Gilmar Mendes por agressão a advogado

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) protestou contra o que considerou uma agressão feita “de forma injustificada, gratuita e grosseira” pelo advogado-geral da União, Gilmar Ferreira Mendes, contra o advogado Sérgio Bermudes, durante o programa *Opinião Brasil*, veiculado pela TV Cultura na noite da última segunda-feira.

— Como pode ocupar um cargo tão importante no governo alguém que se comporta dessa maneira? — questionou Saturnino.

Segundo o senador, Bermudes foi agredido por ter considerado inconstitucional a Medida Provisória 2.048, que cria o cargo de procurador federal e permite que advogados da administração pública ocupem a função sem se submeter a concurso público.

— Mesmo sem entrar no mérito da constitucionalidade, sinto-me na obrigação de tomar posição contrária a essa medida provisória, pois ela abre a oportunidade para o retorno das antigas práticas de apadrinhamento, pára-queda e trens da alegria — afirmou o senador pelo Rio de Janeiro.

Saturnino também denunciou atentado a tiros sofrido pelo candidato do PSB, Cláudio Linhares, à prefeitura de Conceição do Macabu, no norte do estado do Rio de Janeiro. Segundo o senador, o candidato saiu ileso do atentado, mas apelou ao governador e ao secretário de Segurança do estado pela rápida identificação e prisão dos responsáveis. Saturnino ainda explicou que a suspeição sobre o mandante do atentado recai sobre o atual prefeito de Conceição do Macabu, que é candidato à reeleição e tem sabotado a campanha de Cláudio Linhares, além de estar sendo investigado sob a acusação de corrupção.

Gilvam homenageia Barbosa Lima Sobrinho

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) registrou pesar pelo falecimento do jornalista e advogado Barbosa Lima Sobrinho, ocorrido no mês passado. Gilvam lembrou a trajetória do ex-presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), ao longo dos seus 103 anos de vida, que tiveram como principal característica, conforme o senador, a defesa do ideal nacionalista. “Felizes os que tiveram a honra de participar de suas caminhadas em prol da liberdade”, assinalou o parlamentar.

Gilvam Borges destacou a unificação da categoria jornalística realizada por Barbosa Lima Sobrinho em seu primeiro mandato como presidente da ABI, em 1926.

O trabalho que ele desenvolveu como advogado também foi lembrado pelo senador, que destacou a defesa da retomada do controle acionário da Light (empresa canadense que fornecia eletricidade) pelo estado do Rio de Janeiro.

— Em 1976, contestou o primeiro contrato de risco para exploração do petróleo brasileiro, firmado pelo governo Geisel com a *British Petroleum*. E manteve suas opiniões até a morte, atacando o atual governo por sua posição entreguista em relação ao nosso petróleo — disse Gilvam.

O senador lembrou ainda que Barbosa Lima Sobrinho também fundou e presidiu o Movimento em Defesa da Economia Nacional (Modecon). Segundo Gilvam Bor-



Gilvam: “Felizes os que tiveram a honra de participar de suas caminhadas em prol da liberdade”

ges, foi no Modecon que Barbosa Lima lutou, “com garra e afinco, contra as privatizações indiscriminadas, contra as mudanças constitucionais que atingiriam as conquistas sociais e poderiam quebrar os princípios da ordem econômica”.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) lembrou dois artigos em que Barbosa Lima destacou seu trabalho como relator da CPI do Orçamento. Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou o patriotismo de Barbosa Lima, “que falta a muitos brasileiros”. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) assinalou que, além de jornalista e político, Barbosa Lima trabalhou como advogado, muitas vezes gratuitamente, na defesa de pessoas perseguidas pela ditadura militar. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) associou-se à homenagem.

Rocha alerta Garotinho e Brizola para crise no PDT

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) reprovou “as atitudes personalísticas” do governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, e do presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, ao comentar a crise interna que envolve as duas figuras mais relevantes do seu partido. Para ele, os problemas ultrapassam o Rio de Janeiro, podendo, caso persistam, prejudicar a legenda nas próximas eleições.

— Muitos parlamentares poderão deixar o partido. Eu mesmo estou nessa situação — alertou.

Para Sebastião Rocha, Garotinho tem a obrigação de participar da campanha de Brizola, candidato escolhido por convenção partidária ao cargo de prefeito. A Brizola, por sua vez, o senador disse que cabe, “do alto de sua experiência política e de meio século de vida pública”, contemporizar e atrair Garotinho para sua campanha. Sob pena de destruir o partido, o senador acredita que o presidente nacional do PDT não pode hostilizar permanentemente o governador.

IDH-14

Sebastião Rocha também registrou a aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ontem de manhã, de requerimento de sua autoria convocando o ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, e a secretária de Assistência Social, Vanda Engel, a debaterem com os senadores os critérios utilizados na



Sebastião Rocha reprovou “as atitudes personalísticas” de Brizola e do governador do Rio

definição dos municípios a serem beneficiados pelo programa IDH-14. O senador não aceita a exclusão de seu estado do programa e afirmou ter encaminhado ofício ao presidente da República solicitando a inclusão.

Outro projeto relevante para o Amapá, na avaliação de Sebastião Rocha, é a construção da hidrelétrica de Santo Antônio, para a qual o senador apelou ao governador do estado, João Alberto Capiberibe. Em pronunciamento recente no município de Laranjal do Jari, o governador teria se manifestado contrariamente à obra, por razões ambientais. Rocha concorda que a legislação ambiental tem que ser respeitada e que o potencial turístico da cachoeira de Santo Antônio deve ser preservado, mas disse que a obra é fundamental para a região.

Vídeo sobre mulheres no poder é lançado

O trabalho, apresentado ontem no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, pretende capacitar as pessoas do sexo feminino para concorrer a cargos de direção e eletivos nas esferas municipais, estaduais e federal

Foi lançado ontem no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados o vídeo *Mulheres na política, mulheres no poder*; uma iniciativa do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, vinculado ao Ministério da Justiça. O trabalho, de 20 minutos, pretende capacitar as mulheres para concorrer a cargos de direção e eletivos nas esferas municipais, estaduais e federal. A elaboração do vídeo teve apoio da organização não-governamental Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). O vídeo, que será distribuído para

os partidos políticos, chama a atenção para a Lei de Cotas, em vigor desde 1996, que obriga as legendas a destinar um mínimo de 30% e um máximo de 70% das candidaturas para cada sexo. Nas últimas eleições, nenhum partido conseguiu preencher a então cota mínima de 20% para candidaturas femininas.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) participou do lançamento e afirmou que a atuação das mulheres no Senado e na Câmara dos Deputados tem demonstrado a importância da presença feminina nos

debates.

— Muitas vezes, nossa voz é abafada pela maioria, mas, quando chega, vem forte e corajosa. É importante multiplicar isso — afirmou.

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) disse que, apesar de crescente, a participação feminina no poder no Brasil ainda é “insigni-

ficante”, sendo menor apenas no “mundo muçulmano”.

De acordo com informações do vídeo, o Congresso Nacional conta atualmente com apenas 31 deputadas e seis senadoras. As mulheres também ocupam 6% das prefeituras e 11% dos cargos dos legislativos municipais do país.

Também participaram do lançamento, entre outras autoridades, a deputada federal Iara Bernardes (PT-SP), coordenadora da banca feminina do Congresso Nacional, o embaixador Gilberto Sabóia, secretário de Estado dos Direitos Humanos, e a presidente do Conselho dos Direitos da Mulher, Solange Jurema.



A senadora Emilia Fernandes (à esquerda) e a deputada Iara Bernardes (ao microfone) participaram no Espaço Cultural da Câmara do lançamento do vídeo

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

1h — *Cidadania* — Sen. Edison Lobão e o jornalista Carlos Chagas falam sobre liberdade de imprensa
2h — *Saúde/Unip* — Próstata — 1ª parte
2h30 — *Jornal do Senado*
3h — *Cores do Brasil* — Folclore do Maranhão
3h30 — *Entrevista* — Sen. Djalma Bessa fala sobre o desflorestamento da Mata Atlântica
4h — *Jornal do Senado*
4h30 — *Saúde/Unip* — Próstata — 1ª parte
5h — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras — Viver numa ilha/Fernando de Noronha
5h30 — *Cores do Brasil* — Paraíba
6h — *Saúde/Unip* — Próstata — 1ª parte
6h30 — *Cidadania* — Sen. Edison Lobão e o jornalista Carlos Chagas falam sobre liberdade de imprensa
7h30 — *Entrevista* — Sen. Djalma Bessa fala sobre o desflorestamento da Mata Atlântica
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras — Viver numa ilha/Fernando de Noronha
9h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (vivo)

10h — Sessão Plenária (vivo)
14h — Subcomissão do Judiciário (vivo)
Logo após — Comissão de Infra-Estrutura (gravado)
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Antonio Carlos Magalhães durante encontro com o desembargador Viana Santos (à esquerda), presidente da Associação dos Magistrados do Brasil

ACM recebe presidente da Associação dos Magistrados

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem o presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), desembargador Antonio Carlos Viana Santos. Antonio Carlos Magalhães foi convidado a participar, entre 15 e 21 de setembro próximo, do 43º Encontro da União Internacional de Magistrados (UIM).

Programado para ocorrer na localidade de Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, o evento reunirá mais de 200 juízes, e já foram confirmadas delegações de 53 países. O senador Antonio Carlos Magalhães agradeceu ao desembargador o convite e prometeu verificar em sua agenda a possibilidade de comparecimento.

Estudantes de Joinville visitam Senado

Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, começou ontem seu dia de trabalho na Casa com um evento extra-agenda. Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Joinville (SC), em visita a Brasília, queriam conhecer o senador e tirar fotos a seu lado. Aguardaram com paciência a oportunidade de fazer o pedido e conseguiram seu objetivo. Antonio Carlos convidou o grupo para conhecer seu gabinete e tirou fotos com todos.

Clodoaldo critica proposta de privatização da Chesf

Para o senador, a venda da empresa provocaria o aumento das tarifas de energia elétrica, em detrimento da economia nordestina

O senador Clodoaldo Torres (PTB-PE) afirmou que é contra a privatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), por considerar que a questão da água como bem público de usos múltiplos é conflitante, principalmente em uma região árida como o Nordeste. Outro motivo apontado pelo parlamentar é de natureza econômica, já que a venda da empresa, em sua avaliação, redundaria em um inevitável aumento das tarifas de energia elétrica, o que prejudicaria a economia nordestina.

Mesmo reconhecendo que o governo não pode permanecer como responsável exclusivo pela infraestrutura e pelos serviços públicos, Clodoaldo Torres afirmou que a proposta de privatizar usinas hidrelétricas deve ser analisada com muito cuidado. Em seu entendimento, os grandes complexos hidrelétricos não devem ser vendidos, devido ao caráter de bem público das águas, à complexidade do seu uso múltiplo e à exigência natural da presença do Estado no setor.



Clodoaldo Torres: hidrelétricas não devem ser vendidas devido ao caráter público das águas

O senador pernambucano aceita, no entanto, a presença do capital privado no setor de energia elétrica, nas empresas de distribuição e nas usinas geradoras termelétricas. Ele classificou como benéfico o investimento privado em novas termelétricas para aumentar a oferta de energia nas regiões em desenvolvimento. Outra modalidade de investimento no setor elétrico defendida por Clodoaldo Torres é a

parceria entre empresas privadas e estatais, como ocorreu com a usina de Serra da Mesa, no rio Tocantins. Mas no caso das hidrelétricas, sobretudo a Chesf, o senador não concorda com a presença da iniciativa privada.

— Privatizar a Chesf é indesejável, privatizar a Chesf é impróprio, privatizar a Chesf é descabido. Mas, sobretudo, privatizar a Chesf é pouco inteligente, é pouco esclarecido, é correr um risco excessivamente alto, a ser dolorosamente pago pelos nordestinos e pelo Brasil — analisou Clodoaldo Torres.

Em aparte, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) garantiu seu apoio à luta contra a privatização das hidrelétricas brasileiras, sobretudo a Eletronorte. Ele lembrou que nem os Estados Unidos, que servem como exemplo para os que defendem a privatização, venderam suas hidrelétricas, por reconhecerem a importância da água para o país. Mas Sebastião Rocha concorda que empresas privadas construam e explorem hidrelétricas no Brasil.

Jader cobra liberação de verbas para a hidrelétrica de Tucuruí

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) leu ontem em Plenário carta enviada ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, em que pede a liberação de verbas para as obras de construção das eclusas da usina hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. Jader, que escreveu ao ministro na condição de líder do PMDB no Senado, procurou se antecipar à viagem que Martus fará hoje à hidrelétrica.

Segundo o parlamentar, às vésperas da eleição de 1998, em visita a Tucuruí, o presidente Fernando Henrique Cardoso, então candidato à reeleição, definiu a obra como prioridade absoluta de seu novo governo. Depois de entendimentos com a bancada federal do Pará, o Ministério dos Transportes encaminhou proposta orçamentária ao Ministério do Planejamento destinando a Tucuruí R\$ 105 milhões em 2000. A pasta chefiada por Martus, no entanto, reduziu as verbas a R\$ 30 milhões, “sem qualquer justificativa plausível”, conforme Jader.

— Senhor ministro, espero que sua visita ao Pará seja a oportunidade para que Vossa Excelência justi-



Segundo Jader, o Ministério do Planejamento reduziu os recursos destinados a obras da usina

fique-se ao povo do Pará por que reduziu em mais de 70% os valores propostos pelo Ministério dos Transportes e recomponha a proposta original. Essa será a única forma de reparar o dano causado ao Pará, bem como restaurar a credibilidade da palavra do presidente Fernando Henrique Cardoso — disse Jader, referindo-se ao texto da carta. Ele observou que as verbas da hidrovia Araguaia-Tocantins foram reduzidas de R\$ 93 milhões para apenas R\$ 10 milhões.

Suassuna homenageia o aniversário da Paraíba

O aniversário de criação do estado da Paraíba foi homenageado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Em pronunciamento, o parlamentar afirmou que o estado cresceu, nos últimos dois anos, acima da média nacional, mas ainda assim sofre com problemas como enchentes no litoral, seca no interior e falta de investimentos oficiais. Suassuna ocupou a tribuna para falar sobre o orgulho de ser paraibano e nordestino, apesar das dificuldades provocadas pela falta de políticas públicas para a região e pelas duras condições de vida locais.

O senador também registrou a inauguração, no corredor cultural do Senado, da mostra comemorativa *Pequenina e Heróica*, em que seu estado divulga um pouco de sua história.

A Paraíba, disse Suassuna, foi uma das primeiras regiões colonizadas no país pelos portugueses, devido à qualidade do pau-brasil que lá exis-

tia e à proximidade com a Europa. Hoje, com uma população que representa 2% do total de brasileiros, o estado enfrenta as enchentes no litoral e seca intermitente no interior, como no município de Serra Branca, há dois anos e meio sem chuvas e dependente de carros-pipa para que a população tenha o que beber. “Uma água de qualidade tão ruim que tem cor de caldo de cana”, lamentou. A situação no semi-árido é tão difícil, continuou o senador, que muitos não acreditam sequer nos relatos a respeito.

Mostrando os contrastes do estado, Suassuna destacou o fato de a Paraíba ter registrado, nos últimos anos, crescimento de seu Produto Interno Bruto (PIB) superior à média do país. Paralelamente, deverá aumentar o pagamento de sua dívida pública de 11% para 13% da arrecadação de R\$ 100 milhões, conforme negociado com o governo federal.



O senador Ronaldo Cunha Lima ressaltou as iniciativas da Casa em relação aos 500 anos durante a abertura da exposição

Senado inaugura mostra sobre o estado

O espaço cultural do Senado está expondo coletânea de painéis sobre a Paraíba. A mostra foi organizada pelo governo do estado, em comemoração aos 500 anos do Brasil. São vários painéis que ressaltam aspectos da história paraibana e homenageiam os filhos ilustres do estado, como o pintor épico Pedro Américo, responsável por quadros célebres como a “Batalha do Avaí”.

Ao inaugurar ontem a exposição, o primeiro-secretário da Mesa, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), ressaltou as iniciativas culturais do Senado que pretendem resgatar a memória dos estados no ano

em que são celebrados os 500 anos do Descobrimento. “Estamos comemorando nossa história, mas também mostrando nossas potencialidades”, disse.

O governador da Paraíba, José Maranhão, presente à inauguração, agradeceu ao Senado a oportunidade de mostrar um pouco da história do estado. Para o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a Paraíba é pequenina mas heróica, por ter rechaçado, durante o período colonial, invasões francesas e holandesas. “Hoje, temos um peso político no país bem maior do que nossa superfície”, afirmou.